



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE
REITORIA
PRO REITORIA DE ADMINISTRACAO - REITORIA
DIRETORIA DE LICITACOES E CONTRATOS - DLC - PROAD
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES - DEL
DIVISÃO DE MATERIAIS - DM- DEL

TERMO DE REFERÊNCIA/ PROJETO BÁSICO
(COMPRAS)

PREGÃO Nº 69/2022

(Processo Administrativo n.º23060.001358/2022-64)

1. DO OBJETO

1.1. *Aquisição de purificador de água de uso comercial e suprimentos , conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:*

Item	Descrição/ Especificação	Unidade de Fornecimento	Reitoria 158134 (Gerenciador)	IFS - Campus Aracaju	IFS - Campus Tobias Barreto	IFS - Campus Propriá	IFS - Campus Itabaiana	IFS - Campus Estância	IFS - Campus Socorro	IFS- Poço Redondo	IFS- Campus São Cristóvão	IFS - Campus Glória	IFS - Campus Lagarto	Total	Valor Unitário	Valor Unitário
1	Purificador de água de uso comercial, aprovado pelo INMETRO, com classificação de nível C ou P3 ou superior (retenção de partículas maiores que 5 micra), com redução de Cloro Livre, de odores e de sabores. Produto com todos os materiais necessários para instalação na parede, para ligação à rede hidráulica e para a troca do filtro: suporte p/ parede; parafusos; espaçadores; buchas; conectores; mangueira; chave para troca de refil etc. Tensão 110V ou bivolt; Refrigeração de natural a gelada; Capacidade de armazenamento mínima para água gelada de 2 L; Fácil instalação; Fácil troca de filtro; Filtro incluso e com duração mínima de 6 meses ou 3.000 L; Garantia mínima de 1 ano; Altura máxima: 42 cm; Largura máxima: 32 cm; Profundidade máxima: 40 cm Marca/Modelo: TOP LIFE - NEW PLATINUM GLASS OU SIMILAR	unidade	10	50	10	10	10	15	5	6	10	8	15	149	R\$ 1.572,94	R\$ 234.368,06
2	Filtro refil original para o purificador de água de uso comercial conforme disposto no item 01. O refil deve necessariamente ser original, da mesma marca e destinado ao modelo do purificador a ser adquirido no item 01. Aprovado pelo INMETRO, com classificação de nível C ou P3 ou superior, com redução de Cloro Livre. Duração mínima de 6 meses ou 3.000L. Compatível com Marca/Modelo: TOP LIFE - NEW PLATINUM GLASS OU SIMILAR	unidade	25	100	20	20	30	30	20	20	25	16	30	336	R\$ 148,52	R\$ 49.902,72

3	<p>Adaptador conexão T metálico com registro, para ligação de purificador de água em ponto utilizado para uma torneira; conexões: rosca 1/2" macho, rosca 1/2" fêmea e saída lateral para mangueira compatível com o modelo do purificador a ser adquirido no item 01; com registro para abertura/fechamento da saída lateral.</p> <p>Compatível com Marca/Modelo: TOP LIFE - NEW PLATINUM GLASS OU SIMILAR</p>	unidade	20	100	20	20	20	30	0	15	20	16	15	276	R\$ 58,32	R\$ 16.096,32
---	--	---------	----	-----	----	----	----	----	---	----	----	----	----	-----	-----------	---------------

1.1.1. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s).

Item	Descrição/ Especificação	Unidade de Fornecimento	Reitoria (Gerenciador)		IFS - Campus Aracaju		IFS - Campus Tobias Barreto		IFS - Campus Propriá		IFS - Campus Itabaiana		IFS - Campus Estância		IFS - Campus Socorro		IFS - Campus Poço Redondo		IFS - Campus São Cristóvão		IFS - Campus Glória		IFS - Campus Lagarto	
			Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo
1	Purificador de água de uso comercial, aprovado pelo INMETRO, com classificação de nível C ou P3 ou superior (retenção de partículas maiores que 5 micras), com redução de Cloro Livre, de odores e de sabores [Quebra da Disposição de Texto]Produto com todos os materiais necessários para instalação na parede, para ligação à rede hidráulica e para a troca do filtro: suporte p/ parede; parafusos; espaçadores; buchas; conectores; mangueira; chave para troca de refil e t c . [Quebra da Disposição de Texto]Tensão 110V ou bivolt; Refrigeração de natural a gelada; Capacidade de armazenamento mínima para água gelada de 2l; Fácil instalação; Fácil troca de filtro; Filtro incluso e com duração mínima de 6 meses ou 3.000 L; [Quebra da Disposição de Texto]Garantia mínima de 1 ano; [Quebra da Disposição de Texto]Altura máxima: 42 cm; [Quebra da Disposição de Texto]Largura máxima: 32 cm; [Quebra da Disposição de Texto]Profundidade máxima: 40 cm	unidade	1	10	1	50	1	10	1	10	1	10	1	15	1	5	1	6	1	10	1	8	2	15

2	Filtro refil original para o purificador de água de uso comercial conforme disposto no item 01. O refil deve necessariamente ser original, da mesma marca e destinado ao modelo do purificador a ser adquirido no item 01. Aprovado pelo INMETRO, com classificação de nível C ou P3 ou superior, com redução de Cloro Livre. Duração mínima de 6 meses ou 3.000L	unidade	2	25	2	100	2	20	2	20	2	30	2	30	5	20	1	20	2	25	1	16	4	30
3	Adaptador conexão T metálico com registro, para ligação de purificador de água em ponto utilizado para uma torneira; conexões: rosca 1/2" macho, rosca 1/2" fêmea e saída lateral para mangueira compatível com o modelo do purificador a ser adquirido no item 01; com registro para abertura/fechamento da saída lateral	unidade	2	20	2	100	2	20	2	20	2	20	2	30	0	0	1	15	2	20	1	16	2	15

1.2. [Suprimido].

1.3. [Suprimido]

1.4. [Suprimido].

1.5. [Suprimido].

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

A Reitoria do Instituto Federal de Sergipe atualmente provê o suprimento de água mineral através de garrafões de água, que exige um grande espaço para armazenamento no almoxarifado, grande mobilização de mão-de-obra para a substituição; custo razoável na distribuição entre os prédios onde funcionam a reitoria, além de alto custo do produto e do potencial risco a saúde pela origem dos insumos.

2.1. DA DEMANDA:

2.1.1. A Reitoria do Instituto Federal de Sergipe atualmente provê o suprimento de água mineral através de garrafões de água, que exige um grande espaço para armazenamento no almoxarifado, grande mobilização de mão-de-obra para a substituição; custo razoável na distribuição entre os prédios onde funcionam a reitoria, além de alto custo do produto e do potencial risco a saúde pela origem dos insumos. Para compararmos, o suprimento de 3.000L de água mineral (sem considerar o custo do garrafão) teria um custo de R\$ 600,00 (seiscentos reais). Uma vez adquirido o produto em tela, a mesma quantidade de água teria o custo reduzido ao consumo de água pela DESO mais uma média de R\$ 125,00 pelo refil, um custo muito inferior ao da atual aquisição.

2.1.2. A aquisição de garrafões de água, considerando especialmente a impossibilidade de selecionar a marca, em sua grande maioria não há como garantir a procedência da água nem o método utilizado para higienização dos garrafões. Outrossim, mesmo nas marcas de maior referência, a qualidade de armazenamento dos garrafões só pode ser garantida até a entrega ao distribuidor, que pode armazená-la em locais inadequados e em condições insalubres com potencial contaminação do público interno e externo da Reitoria. Como a análise da qualidade / eventuais contaminantes não é um procedimento simples, é mais adequado a utilização de água filtrada diretamente da Rede de abastecimento do município de Aracaju (DESO).

2.1.3. Apesar do custo inicial mais alto, a médio prazo a economia com a eliminação de aquisição e suprimento de garrafões de água mineral serão superiores ao investimento que se pretende com essa aquisição, estando também em conformidade com o princípio da economicidade.

2.2. DAS ESPECIFICAÇÕES:

2.2.1. As especificações buscam garantir um mínimo de qualidade da água filtrada. A demanda ideal seria um aparelho com qualidade A e com capacidade mínima para água gelada igual ou superior a 2L, porém em três dias de pesquisa pela internet e em lojas especializadas não encontramos um único aparelho que atendesse a essas especificações. Assim, considerando que os aparelhos de uso comercial geralmente possuem classe C, optamos por esta especificação mínima. A redução de cloro livre certificada pelo INMETRO é importante considerando que a DESO costuma utilizar alto teor de cloro no processo de tratamento de água.

2.2.2. Como se pretende instalar todos os aparelhos nas paredes, é necessário que acompanhem todos os acessórios necessários para tal instalação, mangueira para ligação à rede hidráulica e demais materiais necessários para esses fins e para a troca de filtros, uma vez que alguns modelos necessitam de chave específica para troca dos refs. Após a análise técnica achou-se melhor colocar o adaptador conexão T metálico em item distinto para aquisição conforme a necessidade.

2.2.3. A tensão padrão nos prédios onde funcionam a Reitoria é de 110V, assim é essencial que o aparelho suporte essa tensão, podendo ser de 110V ou aparelho bivolt.

2.2.4. A refrigeração é um dos elementos essenciais para economia de energia. A utilização de recipiente em volume inferior ao solicitado (2L), considerando o uso comercial, será insuficiente para evitar a utilização de geladeiras/frigoríficos para refrigeração de água, aumentando o consumo de energia. Ademais, os custos com fornecimento de energia elétrica estão entre os 5 maiores custos de manutenção deste Instituto. Ademais, a redução do consumo de energia é um dos principais elementos de sustentabilidade considerado pelas instituições.

2.2.5. A fácil instalação e troca de refil justifica-se para que possam ser realizados pelo setor de manutenção sem exigir capacitação e/ou equipamento muito específicos ou ainda impactar no aumento da demanda daquele setor, exigindo mais servidores / terceirizados, o que aumentaria o custo indireto da aquisição.

2.2.6. A garantia de 1 ano é o padrão do mercado nacional, embora a exigência mínima do Código de Defesa do Consumidor seja de apenas 3 meses. Quanto maior a garantia, melhor para a Administração. Não obstante, a utilização de garantia superior a 1 ano pode restringir a competitividade e ampliar demasiadamente o custo do produto.

2.2.7. Para evitar maiores custos de refil, é importante que os mesmos tenham durabilidade mínima de 6 meses ou 3.000L, o que vier primeiro, sendo este um padrão

do mercado. Existem algumas marcas que chegam a garantir 12 meses e/ou 4.000L ou mais, no entanto, entendemos que tal exigência seria demasiada, restringindo a competitividade do certame.

2.3. DO QUANTITATIVO:

2.3.1. O quantitativo de purificadores foi dimensionado pelo Coordenador de Manutenção da Reitoria após análise dos pontos de água disponíveis nos três prédios onde funciona a Reitoria. Uma vez que os refs não costumam ter validade e possuem baixo volume e custo de armazenamento, colocamos um quantitativo de filtros que possam atender a previsão 2 anos (1 ano pela ata e mais 1 ano em estoque).

2.4. DO REGISTRO DE PREÇOS:

2.4.1. Justificamos o registro de preços pelo inciso IV do art. 3º do Decreto 7.892/2013, a saber: “quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração”. O quantitativo apresentado foi estimado considerando as plantas dos prédios. Contudo, tanto alterações nas disposições desses setores quanto a disponibilidade orçamentária para as aquisições poderão alterar tais quantitativos.

2.4.2. Considerando a possibilidade de necessitarmos de adequações na rede hidráulica para tais aquisições, será mais conveniente à Administração a substituição progressiva dos garrafões, de forma a não sobrecarregar os setores de manutenção e de obras. Assim, também se justifica o registro de preços pelo inciso II do art. 3º do Decreto 7.892/2013: “quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa”.

2.5. DO ALINHAMENTO AO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO: Quanto ao alinhamento do Planejamento Estratégico do Órgão, cabe salientar os seguintes Objetivos Estratégicos:

2.5.1. OE01. Aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira;

2.5.2. OE03 – Promover integração dos servidores, buscando melhoria de clima organizacional e da qualidade de vida;

2.5.3. OE08 – Consolidar as melhorias na gestão de almoxarifado;

2.6. DO AGRUPAMENTO DOS ITENS:

2.6.1. Os itens não serão agrupados para garantir maior competitividade.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1. O objeto a ser adquirido enquadra-se como bem comum, cujas especificações são comuns ao mercado.

4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

4.1. O prazo de entrega dos bens é de **30 dias**, contados do recebimento da Nota de Empenho, em remessa única, na Reitoria do Instituto Federal de Sergipe, no seguinte endereço: **av. Jorge Amado, 1551, Loteamento Garcia, Bairro Jardins, Aracaju/SE, CEP 49025-330, ou nos locais indicados pelos Campis participantes, conforme abaixo:**

4.1.1. IFS - Campus São Cristóvão: localizado na BR 101, km 96, Povoado Quissamã, município de São Cristóvão/SE;

4.1.2. IFS - Campus Aracaju (UASG 158393): Avenida Eng. Gentil Tavares da Mota, 1166, Bairro Getúlio Vargas, Aracaju - Sergipe, CEP: 49055-260.

4.1.3. IFS - Campus Lagarto (UASG 158394): Rua Cauby, nº 523, Bairro Jardim Campo Novo, Lagarto/SE, CEP 49.400-000

4.1.4. IFS - Campus Estância (UASG 152426): Rua Café Filho, nº 260, Bairro Cidade Nova, Estância/SE, CEP 49200-000

4.1.5. IFS - Campus Itabaiana (UASG 152430): Avenida Padre Airton Gonçalves Lima, nº 1140, Bairro São Cristóvão, Itabaiana/SE, CEP 49.500-543

4.1.6. IFS - Campus Glória (UASG 152420): Rodovia Juscelino Kubitschek, s/nº, Parque de Exposições João de Oliveira Dantas, Nossa Senhora da Glória/SE, CEP: 49.680-000

4.1.7. IFS - Campus Propriá (UASG 154681): Rua Rotary, 330, Bairro Centro, Propriá/SE, CEP:49.900-000.

4.1.8. IFS - Campus Socorro (UASG 154680): Avenida Perimetral B, s/nº, Conj. Marcos Freire I, Nossa Senhora do Socorro/SE, CEP.: 49.160-000.

4.1.9. IFS - Campus Tobias Barreto (UASG 154679): Rodovia Governador Antônio Carlos Valadares, s/nº, Conjunto Irmã Dulce, Tobias Barreto/SE, CEP.: 49.030-000

4.1.10. IFS - Campus Poço Redondo (UASG 154626): Rodovia SE 206, Poço Redondo - SE, CEP:48.810-000

4.2. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a um ano, ou a dois terços do prazo total recomendado pelo fabricante.

4.3. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias, pelo Coordenador de Almoxarifado, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

4.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.5. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

4.5.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. São obrigações da Contratante:

5.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

5.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

5.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

5.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

5.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência, prazos de garantia e validade*;

6.1.1.1. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

6.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

6.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

7. DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

8. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

8.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

9.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10. DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

10.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

10.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

10.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

10.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

10.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

10.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

10.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

10.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

10.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

10.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

10.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

$I = \text{Índice de compensação financeira} = 0,00016438$, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = (6 / 100) \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

365

11. DO REAJUSTE

11.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

11.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

11.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

11.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

11.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

11.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

11.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

11.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

12.1.1. Após a entrega e aceitação do objeto não há mais obrigações entre as partes, restando apenas a garantia fornecida pelo fabricante.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- 13.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 13.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 13.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 13.1.4. comportar-se de modo inidôneo;
- 13.1.5. cometer fraude fiscal;

13.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- 13.2.1. **Advertência**, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 13.2.2. multa moratória de 0,2 % (zero virgula dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- 13.2.3. multa compensatória de 4 % (quatro por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

13.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

13.2.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

13.2.6. impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

13.2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 13.1 deste Termo de Referência.

13.2.7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

13.3. As sanções previstas nos subitens 13.2.1, 13.2.5, 13.2.6 e 13.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

13.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

13.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

13.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

13.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

13.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

13.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

13.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

13.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

13.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

13.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

13.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

14. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

14.1. *[Suprimido]*.

Aracaju, 08 de junho de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **ANCILLA MIRIAM CARVALHO MOURA, ADMINISTRADOR**, em 11/10/2022, às 10:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º e art. 12º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ifs.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0122887** e o código CRC **9651E3A2**.